

TERMO DE USO

Sistema de Inscrição Programa Minha Casa Minha Vida Prefeitura Municipal de Belford Roxo

1. DO OBJETO

O presente Termo de Uso tem por objeto estabelecer as regras, condições e responsabilidades para utilização do Sistema Eletrônico de Inscrição do Cadastro Habitacional da Prefeitura Municipal de Belford Roxo, destinado ao cadastramento de famílias interessadas em participar do processo seletivo do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), conforme Edital Público de Chamamento para o Residencial Parque Tuiuti 1, 2 e 4.

2. DO CONTEXTO INSTITUCIONAL

O sistema é mantido pela Prefeitura Municipal de Belford Roxo, por meio da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – SMCTI, em cooperação institucional com a Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo – SEHURB, responsável pela política pública habitacional.

3. DA ACEITAÇÃO DOS TERMOS

O acesso e a utilização do sistema estão condicionados à aceitação integral e irrestrita deste Termo de Uso, mediante manifestação eletrônica de concordância, sem a qual não será possível efetivar a inscrição.

4. DEFINIÇÕES

Para melhor compreensão do Termo de Uso e do Aviso de Privacidade, consideram-se os seguintes termos:

Administração Pública: órgão ou entidade integrante da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Dado pessoal sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genérico ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Manifestações: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços.

Serviço Público: atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

5. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

A utilização do sistema está expressamente vinculada ao Edital Público de Chamamento para Cadastramento Habitacional, o qual o usuário declara conhecer e aceitar integralmente. Em caso de divergência, prevalecerão as disposições do Edital.

6. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Poderá se inscrever o candidato que atender cumulativamente aos critérios previstos no Edital, incluindo, entre outros:

- Nacionalidade brasileira;
- Idade mínima de 18 anos ou emancipação legal;
- Inexistência de imóvel ou financiamento habitacional;
- Residência no Município de Belford Roxo;
- Renda familiar bruta mensal de até R\$ 2.850,00;
- Inscrição ativa e atualizada no CadÚnico.

7. DAS INFORMAÇÕES E DECLARAÇÕES

O usuário declara que todas as informações prestadas são verdadeiras, completas e atualizadas, responsabilizando-se civil, administrativa e penalmente por eventuais informações falsas ou omissões.

8. DAS RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO

Constituem responsabilidades do usuário:

- Fornecer informações fidedignas;
- Manter seus dados atualizados;
- Utilizar o sistema exclusivamente para os fins previstos.

9. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais serão tratados nos termos da **Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD)**, exclusivamente para execução de política pública habitacional, podendo ser compartilhados com:

- Órgãos municipais competentes;
- Ministério das Cidades;
- Caixa Econômica Federal.

10. DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Compete à Administração:

- Manter o sistema em funcionamento, ressalvadas interrupções técnicas;
- Garantir a segurança da informação;
- Preservar o sigilo dos dados pessoais.

11. DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO

A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de:

- Descumprimento do edital;
- Informação falsa;
- Uso indevido do sistema.

12. DAS LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE

A inscrição não gera direito adquirido, expectativa de contemplação ou seleção automática.

13. DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

Este Termo poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante publicação no site oficial da Prefeitura.

14. DO FORO

Este Termo de Uso será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o foro da Comarca de Belford Roxo/RJ.

Este Aviso de Privacidade tem o objetivo de informar como seus dados pessoais são tratados e compartilhados quando você usa o Sistema Eletrônico de Inscrição do Cadastro Habitacional da Prefeitura Municipal de Belford Roxo, destinado ao cadastramento de famílias interessadas em participar do processo seletivo do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), conforme Edital Público de Chamamento para o Residencial Parque Tuiuti 1, 2 e 4.

1. DEFINIÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Para melhor compreensão do Termo de Uso e do Aviso de Privacidade, consideram-se os seguintes termos:

Agentes de tratamento: O controlador e o operador.

Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Autoridade Nacional: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Banco de Dados: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Controlador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Dado Anonimizado: Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Dado Pessoal: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Encarregado: Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso Compartilhado de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2. Finalidade do Tratamento

Execução de política pública habitacional, nos termos do art. 7º, III, da LGPD.

3. Controlador

Prefeitura Municipal de Belford Roxo.

4. Operadores

SMCTI e SEHURB, no âmbito de suas competências.

5. Encarregado (DPO)

Canal eletrônico a ser disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura.

6. Direitos do Titular

Respeitadas, ainda, as demais normas relativas à proteção da privacidade, o cidadão, na qualidade de titular de dados pessoais, mediante solicitação prévia, tem direito a obter da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:

- Confirmação da existência de dados pessoais de sua titularidade por ela tratados;
- Acesso aos dados pessoais sob tratamento;
- Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; e
- Anonimização ou cessação do tratamento de dados desnecessários, excessivos ou desconformes.

7. Dados Pessoais Coletados

Coletamos os dados estritamente necessários para a execução do programa habitacional. Os dados incluem, mas não se limitam a:

- **Dados de Identificação:** Nome completo, CPF, RG, data de nascimento, estado civil, filiação, e informações de dependentes;
- **Dados de Contato:** Endereço residencial completo, telefone e e-mail;
- **Dados Socioeconômicos:** Renda familiar, composição familiar, informações sobre propriedade de imóvel (ou a ausência dela), e dados do CadÚnico;
- **Dados Sensíveis:** Informações de saúde (se relevante para critérios de prioridade) ou de pessoas com deficiência.

8. Compartilhamento de Dados

Os dados coletados poderão ser compartilhados com:

- Agentes públicos envolvidos na gestão do programa (e.g., Ministério das Cidades, CAIXA, órgãos de controle);
- Outras Secretarias Municipais (e.g., Assistência Social, Planejamento) para validação das informações e integração de políticas públicas;
- Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em caso de exigência legal ou incidentes de segurança.

9. Harmonização garantida:

- Mesma base legal

- Mesmas finalidades
- Mesmos compartilhamentos
- Linguagem compatível com Termo de Uso

10. Contato do Encarregado de Dados (DPO)

Em caso de dúvidas ou para exercer seus direitos, entre em contato com o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) do Município através do e-mail [email do DPO ou canal de contato] ou telefone [telefone de contato].

REVISÃO COM FOCO EM CONTROLE EXTERNO (TCE/TJRJ/MP)

O documento:

- ✓ Observa **princípios do art. 37 da CF**
- ✓ Delimita claramente **competências administrativas**
- ✓ Evita promessa de direito subjetivo
- ✓ Fundamenta o tratamento de dados em **política pública**
- ✓ Possui cláusula de prevalência do edital
- ✓ Reduz risco de apontamento por:
 - Ausência de base legal (LGPD)
 - Desvio de finalidade
 - Falha de transparência

Declaração de Concordância Eletrônica

Ao marcar a opção “Li e Concordo”, o usuário declara ter lido, compreendido e aceitado integralmente o presente Termo de Uso e a Política de Privacidade, produzindo efeitos jurídicos equivalentes à assinatura manuscrita, nos termos da legislação vigente.

Belford Roxo,

ALAN BRAGA DE SOUZA
Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação
Mat. 60/100.042

Reginaldo Ferreira Gomes
Secretário Municipal de Habitação e Urbanismo

